

# Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão  
de Cidades - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XI, nº 42 – DEZEMBRO / 2013

ISSN 1980-6310

Apoio:



Indexação:



## Maldição sob suspeita



Artigo Thiago Periard e Luciano Losekann discute validade da tese da chamada “maldição dos recursos naturais” (MRN), que preconiza que quanto maior a abundância de recursos naturais em determinado país, pior tende a ser seu desenvolvimento econômico. São apresentados modelos que estudam a questão para casos dos anos 2000.

Páginas 4 a 6

Artigo

**O CASO DO AÇU**  
Artigo de Frédéric Monié e Aline Leite apresenta estudo de caso sobre o complexo portuário do Açú, em São João da Barra (RJ), em um cenário de internacionalização das corporações, onde há atração de investimentos externos e dinamismo do comércio exterior.

Páginas 7 a 9

Artigo

**FUTURO NA BALANÇA**  
Artigo de Rodrigo Machado Vilani analisa cenários possíveis após o leilão de Libra. Autor contesta visões extremadas, identificando pertinências tanto em argumentos contrários quanto nos favoráveis à concessão.

Páginas 10 a 12.

## Dez anos de debate

Seminário marca lançamento de “O desafio da Abundância”, livro que comemora os dez anos do BPRR. Pesquisadoras destacam regularidade e contribuição do boletim.

Páginas 2 e 3



### SEMINÁRIO

Paula Nazareth, Rosélia Piquet e Denise Terra participaram da mesa expositora sobre a trajetória e o papel do Boletim, no lançamento do livro que marcou os dez anos da publicação

**Lançamento:**

[www.garamond.com.br](http://www.garamond.com.br)

## O desafio da abundância

10 anos do *Boletim Petróleo, Royalties e Região*



SEMINÁRIO MARCA O LANÇAMENTO DO LIVRO “O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA – 10 ANOS DO BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO”. PARTICIPANTES DESTACAM REGULARIDADE DA PUBLICAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE OS IMPACTOS DO SETOR PETRÓLEO.

# Regularidade e contribuição para o debate

Em seminário de lançamento do livro que marcou os 10 anos do BPRR, pesquisadoras destacam importância do boletim na difusão do conhecimento

A regularidade do BPRR, que é publicado trimestralmente, sem atrasos ou interrupções, há dez anos, pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, em Campos dos Goytacazes (RJ), foi um dos aspectos lembrados pelas expositoras do Seminário que marcou, no dia 27 de novembro, o lançamento de “O Desafio da Abundância – 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties & Região” (Garamond), quarto livro organizado no âmbito do programa de mestrado.

A obra reúne 67 textos de 53 autores, divididos em três seções: 1 – Marco Regulatório da Indústria Petrolífera; 2 – Rendas Petrolíferas: Percepção, Gestão e Impactos; e 3 – Petróleo, Região e Dinâmica Econômica. Os ar-

**PARTICIPANTES  
DE SEMINÁRIO  
DESTACAM  
REGULARIDADE  
DO BOLETIM**

tigos, matérias e entrevistas foram selecionados entre os constantes das 40 primeiras edições do boletim, que fechou o ciclo de uma década. A ordenação de modo cronológico permite uma visualização da trajetória do debate de vários dos temas tratados pela publicação e facilitam a leitura.

As participantes do seminário também destacaram o

**ORGANIZADORES**  
Rodrigo Vilani, Rosélia Piquet e José Luis Vianna autografam “O desafio da abundância”



papel da publicação para a democratização do acesso às informações sobre os royalties do petróleo, antecipando muitos dos debates que passaram a ocupar a imprensa nos últimos anos, como o que envolve as propostas de mudanças no rateio das compensações financeiras originárias do setor petróleo.

Diretora da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), Paula Nazareth contou, durante seminário, que a publicação foi determinante em sua trajetória de pesquisadora, contribuindo para seus estudos sobre aplicação dos recursos dos royalties.

“Quanto estava preparando a minha tese [de doutorado], eu estava participando de um Congresso (...) e eu fiz um artigo, que era um embrião da tese, e tinha uma seção falando sobre royalties (...). Passados uns dias, recebo um e-mail, de uma pessoa

que eu não conhecia, chamada Rodrigo Serra, dizendo que tinha visto o meu trabalho e me convidando para escrever um artigo para o boletim. Isso foi em 2005. Assim começou o meu namoro com o boletim”, contou.

Rodrigo Serra foi o criador,

**ARTIGOS FORAM  
ORGANIZADOS EM  
TRÊS SEÇÕES,  
EM ORDEM  
CRONOLÓGICA**

junto com a professora Denise Terra, do Boletim Petróleo, Royalties & Região, em 2003. O título veio do livro homônimo, o primeiro organizado pelo Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, que reunia alguns dos primeiros estudos locais sobre o impacto dos royalties em regiões brasileiras, publicado também em 2003 pela editora Garamond. Em

2008, o boletim passou a ser coordenado por Denise Terra, que esteve à frente da publicação até 2012, ano em que a coordenação foi assumida pelo professor Rodrigo Vilani.

Os dois outros livros, que completam a “quadrilogia”, como brincou outra expositora do seminário, a coordenadora do programa de mestrado, Rosélia Piquet, foram “Petróleo e região no Brasil – o desafio da abundância” (Garamond, 2007) e “Mar de Riqueza, Terras de Contrastes – O Petróleo no Brasil” (Mauad, 2011).

“O curso foi proposto à diretoria daqui da Candido Mendes no ano de 2000, e para 2001 nós selecionamos a primeira turma de mestrado. A estrutura do curso já estava organizada, mas no detalhamento, na busca de bibliografia que tratasse do Norte Fluminense, eu fiquei surpreendida ao verificar que praticamente não tinha nenhuma referência ao impacto do petróleo aqui. Isso, em 2001, quando havia mais de 25 anos do início da exploração de petróleo na plataforma continental (...). Então sentimos a necessidade de desenvolver uma série de análises e pesquisas quanto a esse impacto do setor petrolífero na região”, explicou Piquet, que com Vilani e José Luis Vianna, organizou “O Desafio da Abundância”.

**Independência intelectual**

Durante o seminário, Denise Terra, também integrante da mesa de debates, lembrou momentos difíceis pelos quais passou o Boletim, em razão da resistência local

continuação da página 2

ao debate de ideias e aos estudos sobre a aplicação dos royalties do petróleo. Em 2007, quando a publicação, com dados do Info royalties, mostrou que as prefeituras estavam investindo menos do que deveriam para garantir a viabilidade de um futuro sem royalties, ou até mesmo em um cenário de regras de distribuição alteradas, a universidade sofreu pressões. Ela destacou o posicionamento firme da instituição, que garantiu a liberdade intelectual e manteve inalterados tanto o programa de mestrado quanto a circulação do boletim.

Denise destacou ainda que a solidez do boletim também esteve amparada no apoio de diferentes instituições de fomento à pesquisa ao longo da sua existência, como do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

### Mensagem

A pesquisadora Rosângela

Cavallazzi, representante da Faperj (Fundação de Apoio à Pesquisa no Rio de Janeiro), que faria a exposição “A Faperj e a interiorização da produção acadêmica fluminense” no seminário, teve um motivo de força maior que impediu a sua presença, mas enviou um texto ao evento, lido pelo professor José Luis Vianna, que destacou os investimentos na pesquisa no estado e o papel destacado das instituições envolvidas e dos pesquisadores.

“Temos que reconhecer que seriam infrutíferos quaisquer investimentos por parte da Faperj se não existissem instituições sérias, programas de pós graduação stricto sensu qualificados, e principalmente sem o trabalho cotidiano de professores competentes e que sonham e realizam projetos inovadores e pioneiros como o do curso de mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Candido Mendes”, disse Cavallazzi.

## Autores

O livro “O Desafio da abundância” reúne 67 textos de 53 autores:

### Organizadores

Rosélia Piquet  
José Luis Vianna da Cruz  
Rodrigo Machado Vilani

### Autores

Alexandre Loureiro Ribeiro  
Alexandre Pereira da Silva  
André Geraldo de Moraes Simões  
Bruno dos Santos Silvestre  
Cacio Oliveira Manoel  
Carlos Augusto Góes Pacheco  
Celso Henrique de Oliveira  
Claudia Alves Correa  
Claudia de Oliveira  
Daniela Almeida de Oliveira  
Daniel Bregman  
Denise Cunha Tavares Terra  
Edmilson Moutinho dos Santos  
Eduardo Toledo Neto  
Elis de Araújo Miranda  
Elisabeth Soares Rocha  
Elzira Lúcia de Oliveira  
Erica Dianne Roberts Steagall  
Fernando A. S. Postali  
Gicélia Mendes  
Gustavo Henrique Naves Givisiez  
Henrique Gurvitz

Hirdan Katarina de Medeiros Costa  
José Agostinho Anachoreta Leal  
José Gutman  
Laísa Maria Freire dos Santos  
Luciana Machado da Costa  
Luiz Pinguelli Rosa  
Marcelo Nicoll  
Maria Amelia Rodrigues da Silva  
Enriquez  
Mário Jesiel de Oliveira Alexandre  
Monique Duarte Pacheco  
Nina Quintanilha Araujo  
Paula Alexandra Canas de Paiva  
Nazareth  
Paulo Pedrosa  
Paulo Roberto Tavares Dalcol  
Reinaldo Luiz Bozelli  
Rita Maria da Silva Passos  
Roberto Moraes Pessanha  
Robson Dias da Silva  
Robson Santos Dias  
Rodrigo Valente Serra  
Ronaldo Costa da Silva  
Sávio Bertochi Caçador  
Seráfita Ávila  
Sérgio Wulff Gobetti  
Thiago Muniz Barbosa  
Vera Lucia Alves França  
Vitor Menezes  
Wagner Rosado Pinheiro

Rosélia Piquet  
José Luis Vianna da Cruz  
Rodrigo Machado Vilani  
(orgs.)

## O desafio da abundância

10 anos do Boletim *Petróleo, Royalties e Região*

## O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA - 10 ANOS DO BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO

ROSÉLIA PIQUET, JOSÉ LUIZ VIANNA,  
RODRIGO MACHADO VILANI

O setor de petróleo e gás representa hoje uma nova fronteira em expansão da economia brasileira graças às descobertas de jazidas localizadas nas camadas do pré-sal, que colocam o país em novo patamar no cenário mundial do produto. As mudanças no marco regulatório daí decorrentes manterão a atualidade da temática tratada no Boletim *Petróleo, Royalties e Região*, abrindo novas perspectivas no debate sobre o tema.

Esta reunião das matérias dos primeiros anos do Boletim em registro mais perene, assumindo o formato de livro, garantirá o registro histórico desse importante ângulo do desenvolvimento nacional.

[www.garamond.com.br](http://www.garamond.com.br)

ARTIGO ATUALIZA ANÁLISE SOBRE A CHAMADA “MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS” (MRN), QUE PRECONIZA QUE QUANTO MAIOR A ABUNDÂNCIA DE RECURSOS NATURAIS EM DETERMINADO PAÍS, PIOR TENDE A SER SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SÃO APRESENTADOS MODELOS QUE ESTUDAM A QUESTÃO PARA CASOS DOS ANOS 2000.

■ ARTIGO ■

## A maldição do petróleo resiste ao boom do preço do petróleo nos anos 2000?

THIAGO PERIARD E LUCIANO LOSEKANN

A hipótese teórica da chamada maldição dos recursos naturais (MRN) diz que quanto maior a abundância de recursos naturais em determinado país, pior tende a ser seu desenvolvimento econômico, representado em suas diversas facetas. De maneira mais específica este argumento é utilizado para relacionar o baixo desempenho econômico dos países ricos em petróleo com a existência de uma maldição do petróleo. Este trabalho busca investigar a situação desta “maldição do petróleo” ao longo dos anos 2000. Essa década foi marcada pela situação peculiar de uma valorização dos termos de troca dos produtos básicos, que pode ser verificada pela explosão do preço de diversas commodities, dentre as quais se destaca o boom no preço do petróleo.

Existem dezenas de modelos dedicados a explorar as diversas facetas da MRN. No entanto, poucos modelos se dedicam a tratar do tema em períodos de análise mais recentes. Os modelos do grupo de variáveis institucionais são os que mais se aproximam deste objetivo, mas em geral a maioria dos modelos só cobre o período que vai até o final da década de 1990. Tendo em vista esta lacuna, esta seção visa apresentar versões de modelos da MRN que tratem dessa relação ao longo da década que vai do ano 2000 a 2010.

A forma mais comum dos modelos da MRN é a que trata das conseqüências econômicas da maior abundância em petróleo. Como visto, estes modelos tentam relacionar a maior abundância, em geral definida como o total das exportações de produtos primários sobre o PIB, com um

pior desempenho econômico, na maioria das vezes definido como a taxa média de crescimento do PIB per capita.

A maioria dos modelos utiliza uma metodologia de estimação por OLS, e envolve a adoção de variáveis de controle, altamente correlacionadas com a variável dependente, de forma a “destacar” o papel relativo da abundância em petróleo. Os modelos trazem formas funcionais genéricas como a apresentada abaixo:

$$y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_n x_n + \varepsilon$$

onde:

$y$  é uma medida do desempenho econômico,

$x_1$  é uma variável escolhida para representar a abundância em recursos naturais,

$x_2$  a  $x_n$  pode assumir o valor de diversas variáveis de controle,

$\beta_0$  é o intercepto,  $\beta_n$  são os coeficientes estimados para as  $n$  variáveis, e  $\varepsilon$  o erro amostral.

Esses modelos podem ser entendidos de forma esquemática com a seguinte representação:

$$Y \text{ Desempenho econômico} = \beta_0 + \beta_1 \times \text{Abundância em petróleo} + \beta_2 \dots n \times \text{Controles} + \varepsilon$$

### Os Modelos

Neste trabalho se buscou emular os modelos usualmente propostos, com algumas modificações que permitam observar os impactos da MRN sobre o desempenho econômico. A primeira consideração a ser feita envolve o uso da variável explicativa de abundância em petróleo. Nestes modelos será usada como proxy para esta mensuração o Índice de Abundância em Petróleo, como proposto em Periard (2013). Se espera que este índice represente

de maneira mais fiel o grau de abundância que o uso de qualquer outra variável isoladamente, e também que este índice seja uma aproximação mais fiel do conceito de abundância do que o uso da variável de exportações de produtos primários sobre o PIB, que como é destacado na literatura, apresenta um alto grau de endogeneidade por tratar mais da concentração e dependência do que propriamente do grau de abundância relativa de um recurso natural.

Algumas modificações também foram feitas no tocante às variáveis de controle, sem, no entanto, se afastar das intenções predominantes nos modelos já consagrados pela teoria. Por isso se controla o modelo por oito regiões (América do Norte, NAM, América do Sul e Central, CSAM, Europa, EUR, Antiga União Soviética e Ásia Central, FSUCA, Oriente Médio e Norte da África, MENA, Sul e Sudeste Asiático, SSEA, Oceania, OC, e África Sub-sahariana, SSA) e também pelo acesso do país ao mar (LL). Neste modelo que visa relacionar os aspectos econômicos, se escolheram algumas variáveis como maneira de representar as relações que explicam o crescimento do PIB per capita. Com este objetivo se usaram como variáveis de controle para o desempenho econômico a taxa de formação bruta de capital fixo na economia (FBKF), a participação da indústria no PIB (PMAN) e o percentual das exportações de bens e serviços do país sobre o total mundial (INCOM). Com isso se buscaram proxies que representem a taxa de investimento, o nível de industrialização e o grau de integração comercial do país, todas variáveis que aparecem diversas vezes nos modelos estudados como representativas dos

níveis de crescimento do PIB per capita de um país. Com isso se têm as variáveis explicativas, que buscarão explicar qual o papel do grau de abundância em petróleo para a taxa de crescimento do PIB nos anos entre 2000 e 2010. Desta forma se usou a seguinte fórmula funcional para estimar o modelo OLS que busca mostrar os impactos da abundância em petróleo (IAP) sobre a taxa de crescimento do PIB per capita (DPPC):

$$YDPPC = \beta_0 + \beta_1 \times IAP + \beta_2 \times FBKF + \beta_3 \times PMAN + \beta_4 \times INCOM + \beta_5 \times LL + \beta_6 \times NAM + \beta_7 \times CSAM + \beta_8 \times EUR + \beta_9 \times FSUCA + \beta_{10} \times MENA + \beta_{11} \times SSEA + \beta_{12} \times OC + \beta_{13} \times SSA + \varepsilon$$

Pela teoria da MRN, a relação entre as variáveis IAP e DPPC é inversa. No entanto, o modelo 1 não apresenta resultados condizentes com a teoria, pois o Índice de Abundância em Petróleo nos anos 2000 tem um correlação positiva com o crescimento do PIB per capita PPP. Se pode perceber também que a variável IAP apresenta uma boa robustez estatística. Isso indica que durante os anos 2000, a taxa de crescimento do PIB foi impactada pela abundância em petróleo, e na média, este impacto foi positivo.

O modelo 2 utiliza como variável que reflete a abundância de petróleo a razão de exportações de petróleo sobre as exportações totais (XPT), variável muito próxima à variável proposta por Sachs e Warner (1995). O sinal da relação se mantém, confirmando uma menor intensidade da MRN nos anos 2000, e, portanto, mostrando uma relação positiva entre as exportações de petróleo e o crescimento do PIB. Nos anos 2000, período de grande aumento de preços do petróleo e de constante pressão

continuação da página 4

de demanda pelo produto, ser um país exportador do produto criou oportunidades que os países tenderam a transformar em maiores níveis de renda per capita para seus cidadãos.

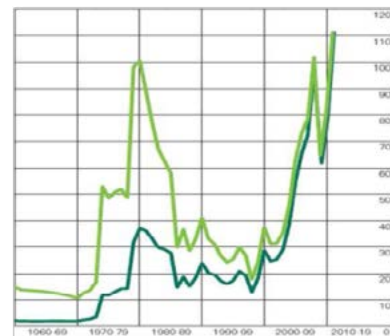
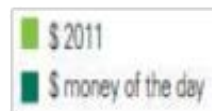
Por outro lado, quando utilizamos a variável de reservas per capita (RPC), o sinal é negativo, indicando a presença de efeitos da MRN em países com maiores níveis de reservas. A variável também é estatisticamente significativa a 10. Nos anos 2000, o que os modelos 2 e 3 mostram é que a maior intensidade nas exportações trazem resultados mais positivos do que a riqueza no subsolo. Ou seja, a riqueza de baixo do solo tem menos impacto sobre o crescimento econômico de curto prazo, sendo um melhor estimador para questões relacionadas à preservação dos recursos no longo prazo. (Tabela 1)

Outra forma de se testar a hipótese teórica da MRN é verificar se os países mais intensivos em petróleo tendem a ter piores indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Os modelos teóricos que justificam essa relação têm suporte em idéias que apresentam os incentivos a comportamentos rent-seeking dentro

dos países mais intensivos em petróleo. Devido às elevadas rendas petrolíferas, grupos econômicos tendem a se estabelecer em torno deste setor para se aproveitarem das benesses que esta proximidade com o centro do poder econômico do país pode trazer. Mesmo de forma menos intensa, grupos de interesse organizados como os sindicatos do setor, os governantes das regiões produtoras, as comunidades locais, exercem efeito de pressão pelo privilégio no recebimento das rendas petrolíferas. Estas “distorções” da disputa de poder em qualquer ambiente político, somadas aos altos incentivos envolvidos quando se trata de países intensivos em petróleo, levam o país a uma trajetória inferior de desenvolvimento quando comparado aos seus pares onde estes efeitos não ocorrem.

De acordo com esta visão teórica, os países mais intensivos em petróleo devem ter um IDH mais baixo que os países menos intensivos em petróleo, devido aos diversos canais de transmissão da MRN que são relacionados a impactos sociais que a abundância em recursos naturais acarreta. De forma análoga àquela como

GRÁFICO 1 – PREÇO DO PETRÓLEO, REAL E NOMINAL. US\$/BBL



Fonte: BP (2012)

se procedeu na seção anterior, aqui irá se buscar apresentar um modelo econométrico, estimado pela metodologia OLS, que capte o impacto da abundância em petróleo, medido pelo IAP, sobre o grau de desenvolvimento humano, medido pelo IDH.

O modelo 4 foi montado utilizando as médias para as variáveis durante os anos 2000. A variável dependente é o IDH médio do país entre os anos 2000 e 2010. As variáveis explicativas se compõem da variável de abundância em petróleo, IAP médio nos anos 2000 e de outras variáveis de controle. Espera-se que o IDH seja correlacionado com o nível de investimento em educação e saúde (GED e GSD, respectivamente) e ainda com o grau de industrialização do país (PMAN). Outras variáveis geográficas foram incluídas como o acesso do país ao mar (LL) e a região à qual o país pertence. Os resultados obtidos podem ser vistos na tabela abaixo.

Segundo os resultados do modelo 4, a MRN não se confirma novamente, já que existe a tendência de que maiores níveis de IDH estejam relacionados a maiores níveis de abundância em petróleo. Neste caso esta relação positiva é confirmada por um p value alto, que indica que a variável é estatisticamente significativa mesmo se exigindo o intervalo de confiança mais rigoroso de 1% num “teste t”. Além da robustez estatística do resultado, o modelo apresenta bons indicadores de explicação com um R2 em torno dos 68%, e um teste F que aponta que nenhum estimador é estatisticamente nulo.

Este modelo 4 confirma que maiores investimentos em educa-

ção e saúde estão positivamente correlacionados com o IDH, assim como o grau de industrialização do país. No entanto, países sem acesso ao mar ou que estejam em regiões de países emergentes, tendem a apresentar um IDH mais baixo do que aqueles localizados na Europa e América do Norte. (Tabela 2)

Novamente parece haver uma contradição entre os resultados aqui observados e o que se espera comprovar com a confirmação da hipótese da MRN. No entanto o que parece se desenhar é um quadro onde os achados dessa teoria perdem a validade quando submetidos a fatos recentes, que mostram que foi possível aos países com maior abundância em petróleo desempenhar um melhor papel em suas trajetórias econômicas devido ao ambiente externo favorável que incentivou suas exportações dando um maior ritmo de crescimento aos países emergentes, inclusive os mais intensivos em petróleo. Ou seja, os países intensivos em petróleo também se beneficiaram do ambiente externo favorável da década de 2000 e puderam, dadas suas riquezas minerais, potencializar este ritmo de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico.

### MRN ou ciclo de preços?

Conforme foi apresentado acima, a hipótese da MRN não parece resistir aos fatos apresentados no período entre 2000 e 2010. Portanto vale perguntar por que a tese ganhou tanta importância. A primeira explicação, e que espera-se mostrar aqui, é que a maioria dos modelos sobre o assunto trata

TABELA 1 – RESULTADOS DAS REGRESSÕES DOS MODELOS 1, 2 E 3.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
<b>Variável dependente</b>	Crescimento PIB per capita	Crescimento PIB per capita	Crescimento PIB per capita
Observações	180	180	180
F-statistic	9,714	9,998	8,728
<b>Variáveis Independentes</b>			
IAP	0,023 (1,820)**		
XPT		0,018 (2,117)*	
RPC			-2,750 (-2,096)*
FBKF	0,064 (2,424)*	0,066 (2,474)*	0,069 (2,304)*
PMAN	0,022 (0,797)	0,028 (0,999)	0,017 (0,589)
INCOM	-0,184 (-1,575)	-0,173 (-1,485)	-0,161 (-1,396)
LL	-0,001 (-0,455)	-0,001 (-0,36)	-0,003 (-0,799)
NAM	-0,02 (-1,660)**	-0,016 (-1,447)	-0,017 (-1,408)
CSAM	-0,016 (-1,688)	-0,017 (-1,804)	0,018 (-1,618)
EUR	-0,011 (-1,214)	-0,011 (-1,347)**	-0,012 (-1,246)
FSUCA	0,025 (6,588)*	0,024 (6,281)*	0,026 (5,936)*
MENA	-0,021 (-1,885)**	-0,024 (-2,014)*	0,007 (0,665)
SSEA	0,01 (0,963)	0,008 (0,876)	-0,018 (-1,492)
OC	-0,019 (-1,595)	-0,018 (-1,591)	-0,018 (-1,492)
SSA	-0,017 (-1,213)	-0,013 (-1,455)	-0,013 (-1,199)
c	0,015 (1,284)	0,015 (1,348)	0,018 (1,410)
R-quadrado	0,43	0,43	0,40

estatística t mostrada nos parênteses

\* significante at 5%

\*\* significante at 10%

Fonte: Elaboração própria utilizando o software estatístico EViews.

continuação da página 5

da questão escolhendo um período de tempo prejudicial ao desempenho econômico dos países intensivos em recursos naturais, quando comparado à década de 2000. Nas décadas de 80 e 90, os países ditos emergentes estavam sofrendo a reversão dos ciclos de investimento iniciados nas décadas de 60 e 70. Os anos 80 ficaram conhecidos em diversos países do mundo como a década perdida, e mesmo as economias centrais tiveram que fazer ajustes para romper a estagnação que caracterizou este período.

Os países produtores de matérias primas sofreram especial impacto negativo nos anos 80 e 90, devido aos deprimidos preços das commodities. Devido à baixa demanda, muitos países viram, inclusive, um crescimento do setor de serviços neste período de baixo crescimento econômico que pesava fortemente sobre eles. No caso do petróleo em particular, os efeitos são ainda mais intensos devido aos eventos que marcaram o mercado de petróleo nas décadas de 70, 80 e 90. Enquanto a década de 1970 foi marcada por dois grandes choques de preço que fizeram o preço nominal do petróleo saltar de 3 para cerca de 40 dólares por barril entre 1973 e 1979, as décadas de 80 e 90 são caracterizadas pela grande retração no preço e a seguida estagnação a preços baixíssimos durante todo o período que vai de 1980 a 1999, conforme se pode observar no gráfico 1 abaixo. Neste período se pode perceber a grande depressão que toma os preços internacionais do petróleo, fazendo com que a curva fique por quase duas décadas inteiras num aspecto de "L". Este período ficou conhecido na indústria como o contrachoque do petróleo, e é caracterizado pelo excesso de oferta que levou os preços a atingirem níveis reais não muito superiores aos da década de 1960.

Durante a década de 1960, a indústria era dominada pelas sete irmãs, as grandes empresas multinacionais que controlavam a produção de petróleo no Oriente Médio. Neste período se travaram intensas disputas pelo aumento do preço do petróleo, já que os

países produtores achavam a remuneração muito baixa para o produto. Durante os anos 80 e 90, os países produtores de petróleo tiveram que se contentar com preço apenas marginalmente acima dos da década de 60, embora as sete irmãs já não mais dominassem o mercado e a precificação do petróleo fosse feita por mecanismos de mercado. (Gráfico 1)

Com isto quer se mostrar que os modelos que mostram um desempenho inferior dos países intensivos em recursos naturais, de maneira geral, e em petróleo, em particular, ao longo das décadas de 1980 e 1990 estão captando o que de fato aconteceu, taxas menores de crescimento, já que estes países perderam grande parte de suas fontes de renda com a diminuição dos preços dos produtos que exportam no mercado internacional. Por outro lado, modelos que mostrem esta dinâmica na década de 2000 irão tender a mostrar um resultado oposto, já que neste período os países exportadores de commodities se beneficiaram sobremaneira dos recursos conseguidos com o aumento dos preços que o mercado paga pelos seus produtos.

Este trabalho já mostrou que tanto o modelo levando em consideração a taxa de crescimento do PIB, como o que leva em consideração o IDH, mostraram resultados contraditórios com o que se espera da teoria. Aqui espera se apresentar os mesmos modelos só que agora utilizando os dados disponíveis para a década de 1980. Com isso espera-se testar a hipótese de que o modelo não foi capaz de captar a tendência inversa entre abundância em petróleo e desempenho econômico, ou se um cenário conjuntural deteriorado, como era o da década de 1980, pôde influenciar os resultados obtidos pelos modelos propostos. Estariam estes modelos captando mais o momento ruim da economia dos países durante o ciclo de baixa das commodities do que fatores estruturais que realmente influenciam as tendências de desenvolvimento de longo prazo?

TABELA 2 – RESULTADOS DAS REGRESSÕES DO MODELO 4.

Modelo 4	
Variável dependente	IDH
Observações	180
F-statistic	27,900
Variáveis independentes	
IAP	0,139 (2,978)*
GED	0,567 (1,368)
GSD	1,217 (1,652)**
PMAN	0,292 (2,217)*
LL	-0,066 (-3,739)*
NAM	0,048 (0,898)
CSAM	-0,036 (-0,877)
EUR	0,074 (1,839)*
FSUCA	-0,076 (-2,824)*
MENA	-0,072 (-1,495)
SSEA	-0,087 (-1,709)*
OC	-0,092 (-1,569)
SSA	-0,267 (-6,201)*
c	0,609 (11,530)*
R-quadrado	0,68
estatísticas t mostradas nos parênteses	
* significante a 5%	
** significante a 10%	

Fonte: Elaboração própria utilizando o software estatístico EViews.

### Considerações finais

As evidências empíricas encontradas neste trabalho são muito interessantes por mostrarem que a MRN não teve grande impacto econômico negativo sobre os países abundantes em petróleo ao longo dos anos 2000. Para se chegar a esta conclusão se percorreu um caminho que se iniciou com uma revisão de literatura dos principais modelos encontrados nos principais livros e periódicos que tratam sobre o tema. Pôde-se perceber que a grande maioria dos modelos trata do problema da MRN sob o aspecto econômico e, por isso, recorrem a uma modelagem muito parecida com a utilizada no artigo clássico de Sachs e Warner (1995). Outros modelos também exploram a MRN do ponto de vista dos impactos sociais e institucionais, sendo que este último grupo é o que traz observações sobre períodos mais recentes.

As evidências encontradas reforçam a visão de muitos de que não existe de fato uma maldição, mas sim efeitos, que podem ser positivos ou negativos de acordo com o contexto histórico no qual

o processo de desenvolvimento de cada país está inserido. Desta forma, se existiu um ambiente negativo durante boa parte do século XX, com termos de trocas deteriorados para os países exportadores de petróleo, o início do século XXI foi marcado por uma conjuntura particular que propiciou um forte crescimento destes países, puxados por um mundo crescentemente sedento por óleo.

THIAGO PERIARD É ORIENTADOR DIDÁTICO DA UNIVERSIDADE PETROBRAS. LUCIANO LOSEKANN É PROFESSOR ADJUNTO DO PPGE – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERIARD, THIAGO (2013), DEPENDÊNCIA EM PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: COMPARAÇÃO INTERNACIONAL, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E CENÁRIOS PARA O BRASIL. TESE DE DOUTORADO. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

SACHS, JEFFREY D; WARNER, ANDREW M. (1995) NATURAL RESOURCE ABUNDANCE AND ECONOMIC GROWTH. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, WORKING PAPER 5398. CAMBRIDGE.

ARTIGO APRESENTA ESTUDO DE CASO SOBRE O COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU, EM SÃO JOÃO DA BARRA (RJ), EM UM CENÁRIO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS CORPORAÇÕES, ONDE HÁ ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS EXTERNOS E DINAMISMO DO COMÉRCIO EXTERIOR.

■ ARTIGO ■

## Desenvolvimento portuário industrial e conflitos territoriais - O caso do Porto do Açú, São João da Barra

FRÉDÉRIC MONIÉ E ALINE LEITE

Após décadas de consenso, os grandes investimentos em estruturas produtivas e infra-estruturais sofrem uma contestação crescente por parte de sociedades locais que se mobilizam contra a natureza e os impactos dos mesmos e condenam processos decisórios considerados tecnocráticos e autoritários (SUBRA, 2007). As intervenções sobre o território constituem, assim, campos de expressão de representações, discursos e interesses contraditórios desembocando, em alguns casos, em rivalidades opondo parte dos atores locais, autoridades de diversos níveis político-administrativos, agentes econômicos e operadores de infraestruturas. Essa evolução sinaliza o questionamento dos métodos tradicionais de intervenção do Estado e das grandes corporações sobre o espaço. A crise do território nacional como referência exclusiva da identidade da população, como quadro único de organização do setor produtivo e o “deslizamento progressivo do conflito do campo social para o campo territorial” (SUBRA, 2007) explicam que a escala local seja hoje um espaço de rivalidades geopolíticas.

No Brasil “neodesenvolvimentista”, a internacionalização das corporações, a atração de investimentos externos e o dinamismo do comércio exterior intensificam as pressões sobre o litoral, que abriga as principais portas de entrada/saída de mercadorias. Importantes programas de investimentos são destina-

dos ao sistema portuário que, submetido aos imperativos de produtividade e fluidez dos atores da logística, deve aumentar sua capacidade física e seu nível de produtividade (MONIÉ, 2011). O projeto de instalação de um complexo portuário e industrial no município fluminense de São João da Barra se

APÓS DÉCADAS,  
INVESTIMENTOS EM  
GRANDES ESTRUTURAS  
PRODUTIVAS NÃO SÃO  
MAIS CONSENSOS

inscreve nessa dinâmica. Com efeito, apesar dos benefícios em termos de geração de empregos, arrecadação de impostos, estímulo ao comércio e dos possíveis efeitos desencadeadores, variáveis que legitimaram o investimento do empresário Eike Batista e de seus parceiros nacionais e internacionais (PIQUET, 2009), segmentos da sociedade local se

mobilizam contra os impactos gerados pelo empreendimento (AGB, 2011).

### Uma proposta metodológica

Almejamos propor neste texto uma linha de abordagem geopolítica das rivalidades opondo, na área de influência imediata do Porto do Açú, atores cujas estratégias de controle e uso do espaço entram em contradição. Apesar de ser tradicionalmente associada ao estudo das tensões internacionais e nacionais, a geopolítica fornece também instrumentos metodológicos relevantes para a análise dos conflitos em áreas impactadas por projetos infraestruturais (SUBRA, 2007). A abordagem tecnicista das intervenções sobre o território é assim questionada pelo fato que não são mais exclusivamente os imperativos do crescimento que definem as políticas públicas e a alocação espacial dos recursos. São também mobilizações de atores que, para além da síndrome nimby, estimulam a repensar as es-

calas e as novas dimensões (ambiental, social) do interesse geral (SUBRA, 2007; CASTRO, 2005). Nessa perspectiva, o território tal qual apreendido por Raffestin, oferece

PROPOMOS  
UMA ABORDAGEM  
GEOPOLÍTICA DAS  
RIVALIDADES EM  
TORNO DO PORTO

chaves de análise e possibilidades de aplicação do conceito à temática em tela. A ideia de “um sistema de intenções em atividades” (RAFFESTIN, 1993) permite relacionar a diversidade dos usos e delimitar as estratégias de atores cujo jogo pode ser hierarquizado entre atores institucionais tradicionais (níveis administrativos da decisão política), atores setoriais (operadores do transporte e da atividade portuária) e atores sociais (mobilizações de cidadãos).

Metodologicamente, a ques-

	Conflitos	Impactos
<b>Atividade Portuária</b>	<p>Conflitos de uso: Tráfego de navios X pesca</p> <p>Impactos ambientais: Efeitos da construção do porto</p> <p>Poluição atmosférica e do espelho d'água;</p>	<p>Crise da pesca artesanal (restrições da área de pesca; insegurança; perda do direito ao seguro-defeso)</p> <p>Erosão costeira; alteração da sedimentação da praia; perdas de vegetação de restinga e de biodiversidade;</p> <p>Perdas de biodiversidade; alteração da qualidade da água;</p>
<b>Atividade Industrial</b>	<p>Conflitos de uso Indústria X Agricultura</p> <p>Conflitos ambientais Poluições</p> <p>Conflitos de proximidade Indústria X espaços residenciais</p>	<p>Perdas de terras cultiváveis; desapropriação de lotes agrícolas;</p> <p>Salinização das terras = perda de produtividade da terra; Perdas de biodiversidade</p> <p>Remoções</p>

tão da escala afirma toda sua relevância numa área de múltiplas interfaces. Segundo Lacoste, o raciocínio em níveis de análise permite identificar elementos próprios a cada escala, contribuindo para a compreensão do fenômeno na sua totalidade (LACOSTE, 1976). Diferentes escalas de observação/concepção apontam, assim, para mudanças de conteúdo e de sentido do próprio fenômeno (CASTRO, 1995). As interações entre as diversas ordens de grandeza complementa a análise espacial do objeto de pesquisa (LACOSTE, 1976). Portanto, o espaço geográfico deve ser percebido através das “muitas e diferentes partes do seu todo”, ou seja, segundo uma lógica multiescalar (CASTRO, 2005). As escalas dos conflitos territoriais variam em função da natureza e da magnitude do projeto contestado; das características gerais do espaço (densidade de ocupação; valor paisagístico etc.); da identidade local (tradição de conflitos sociais; vida política, etc.); da conjuntura econômica e das estratégias desenvolvidas pelos atores em presença. Incorporar esses fatores revela-se estratégico para analisar o deslizamento espacial na noção de interesse geral. O argumento do “egoísmo territorial” é comumente avançado para legitimar os investimentos realizados em prol do “interesse geral”. No entanto, estamos diante de situações que dificultam a delimitação sócio espacial do interesse geral, tradicionalmente associado à escala nacional, mas cada vez mais reivindicado pelos atores do território local.

A análise das rivalidades provocadas pela instalação de um complexo industrial portuário deve também levar em consideração grupos de variáveis relacionadas à na-

tureza do projeto; aos atores envolvidos e as formas de mobilização dos grupos em

---

**ATORES RIVAIS  
NÃO AGEM  
ISOLADAMENTE,  
PARTICIPANDO  
DE UM SISTEMA**

---

conflito.

As oposições são, em primeiro lugar, animadas por conflitos de uso, particularmente relevantes nos litorais e no entorno de portos marítimos, em via de expansão ou de construção, espaços caracterizados pela multiplicidade das interfaces e a diversidade de atores cujas estratégias funcionais geram disputas de uso dos territórios terrestre e marinho. As mobilizações dizem também respeito à preservação da qualidade de vida da população impactada. Os conflitos de proximidade são mais comuns em áreas densamente povoadas do que em espaços apresentando densidades

menores de ocupação (Porto Sul, Porto do Açú, etc.). Enfim, os impactos ambientais provocados pelo grande empreendimento portuário constituem um motivo suplementar de mobilização por parte de sociedades que conferem uma atenção crescente a problemática.

A análise do escopo dos atores envolvidos nos conflitos constitui outra linha de abordagem imprescindível. Tem que se considerar que os atores rivais não agem isoladamente, participando de um sistema de atores que pré-existe ao conflito e que, em função dele, pode evoluir numa direção ou na outra. Esse sistema corresponde ao “conjunto formado pelos atores envolvidos num projeto (e intervindo no conflito) e as relações que mantém entre eles” (SUBRA, 2007), relações que evoluem em função de parâmetros variados. Ele deve ser analisado em escala local (território do conflito); regional (poder local/regional); nacional (Estado central; grandes corporações nacionais) e, cada vez mais, em

escala global (estratégias de multinacionais; questões ambientais, etc.).

Enfim, o conflito deve ser apreendido a partir das estratégias de mobilização dos diferentes atores cujos objetivos, modalidades de ação e representações determinam a natureza e a intensidade do engajamento nos territórios de luta (SUBRA, 2007). As formas de mobilização são, em consequência, variadas: lutas de influência e opera-

---

**OS CONFLITOS DE  
PROXIMIDADE SÃO  
MAIS COMUNS EM  
ÁREAS DENSAMENTE  
POVOADAS**

---

ções de lobbying restritas a um universo de atores próximos das instâncias de decisão, que usam redes de contatos, as mídias, etc.; enfrentamentos abertos mobilizando amplos setores da sociedade etc.

O Caso do complexo industrial-portuário do Porto do

**TABELA 2 - TRÊS GRUPOS DE CONFLITOS LOCAIS E FORMAS DE MOBILIZAÇÃO NO ENTORNO DO PORTO DO AÇU**

	<b>Atores envolvidos</b>	<b>Modos de mobilização</b>
<b>Conflitos de uso</b>	Pescadores tradicionais Agricultores tradicionais Proprietários de lotes de terras	Formam movimentos sociais, se organizam em associações e sindicatos, e fazem passeatas. Suas estratégias de luta se configuram em prol de um interesse comum, permanecer em suas terras ou simplesmente pelo direito de participarem do processo decisório dos novos empreendimentos. (LEMONS e RODRIGUES, 2011)
<b>Conflitos ambientais</b>	Ambientalistas ONG's	Ambientalistas se organizam na luta por justiça ambiental. Pressionam os empreendedores e os órgãos governamentais por maior clareza nos processos de formulação dos zoneamentos de uso do território.
<b>Conflitos de proximidade</b>	Moradores locais	Rejeitam determinadas intervenções dos empreendimentos (colocação de dutos, ferrovias, rodovia, etc.), principalmente aquelas que prejudiquem sua qualidade de vida. Assim, se mobilizam geralmente através de passeatas.



continuação da página 8

Açu: em busca de uma tipologia dos conflitos territoriais

O Norte Fluminense, que já abriga um grande número de infraestruturas de apoio à produção de petróleo na Bacia de Campos, recebe mais um in-

### NA REGIÃO DO PORTO DO AÇU OS CONFLITOS TÊM FORMAS DIFERENCIADAS

vestimento industrial e portuário de grandes dimensões, cujo perímetro físico corresponde a cerca do terço do território municipal de São João da Barra (LEMONS e RODRIGUES, 2011; PIQUET, 2009). A construção do porto e do complexo industrial do Açu geram rivalidades de diversos tipos, sintetizadas na tabela a seguir. (Tabela 1)

O entorno do complexo é tam-

bém submetido a um conjunto de pressões que tendem a reorganizar o espaço local e regional: crescimento demográfico; intensificação do processo de urbanização; especulação imobiliária; mudanças no perfil social da população; dinamismo do comércio local; etc. (LEMONS e RODRIGUES, 2011).

Na região do porto do Açu os conflitos se manifestam de formas diferenciadas, dependendo do tipo de ator, dos seus objetivos e interesses, como pode ser observado na tabela a seguir: (Tabela 2)

Os conflitos em tela em São João da Barra evidenciam que um dos grandes debates da atualidade que as problemáticas da territorialidade, do lugar e da identidade constituem elementos chave de mobilizações marcando a expressão de um direito a construir o espaço em contextos caracterizados pela grande complexidade dos interesses em jogo. A desestruturação da econo-

mia local, a destruição da paisagem, a precarização da qualidade de vida da população, os impactos ambientais dos grandes projetos e a verticalidade do planejamento territorial alimentam lutas que, longe de serem consensuais na sociedade local, encontram um eco crescente. O embate entre uma retórica legitimadora associando os grandes projetos ao progresso, ao interesse geral e ao crescimento econômico e atores mobilizando-se em prol de formas inovadoras de desenvolvimento demonstra a urgência de apreender o conflito como o vetor de construção democrática do território local.

FRÉDÉRIC MONIÉ É DOUTOR EM GEOGRAFIA E PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ.

ALINE FERNANDES LEITE É BACHAREL EM GEOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E

MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG- UFRJ.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

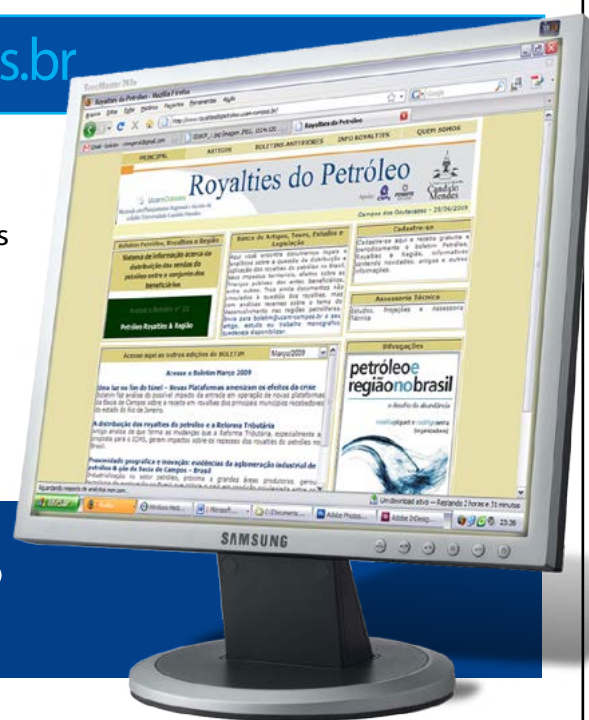
- AGB. RELATÓRIO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO ACU. AGB: RIO DE JANEIRO, 2011.
- CASTRO, I. GEOGRAFIA E POLÍTICA: TERRITÓRIO, ESCALAS DE AÇÃO E INSTITUIÇÕES. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2005.
- LACOSTE, Y. A GEOGRAFIA – ISSO SERVE, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA FAZER A GUERRA. CAMPINAS: PAPIRUS, 1976.
- LEMONS, L. e RODRIGUES, R. COMPLEXO PORTUÁRIO E MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ATORES SOCIAIS EM CONFLITO. IN: RELATÓRIO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU. AGB, SET. 2011.
- MONIÉ, F. GLOBALIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO E RELAÇÕES CIDADE/ PORTO NO BRASIL. IN: SILVEIRA, M R. (ORG.). GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES, CIRCULAÇÃO E LOGÍSTICA NO BRASIL. SÃO PAULO: OUTRAS EXPRESSÕES, 2011.
- PIQUET, R. PORTO DO AÇU: VETOR DE CRESCIMENTO. PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, v. VII, p. 5-8, 2009.
- RAFFESTIN, C. POR UMA GEOGRAFIA DO PODER. SÃO PAULO: ÁTICA, 1993.
- SUBRA, P. GÉOPLIOTIQUE DE L'AMÉNAGEMENT DU TERRITOIRE. PARIS: ARMAND COLIN. 2007

## Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo

[www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br](http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br)

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas
- **INFOROYALTIES**

Você também pode enviar o seu artigo para [boletim@ucam-campos.br](mailto:boletim@ucam-campos.br)



ARTIGO ANALISA CENÁRIOS POSSÍVEIS APÓS O LEILÃO DE LIBRA, CAMPO DA ÁREA DO PRÉ-SAL COM CERCA DE 1.500 KM<sup>2</sup>. AUTOR NÃO VÊ MOTIVOS PARA INTERPRETAÇÕES EXTREMADAS, IDENTIFICANDO PARCIAIS PERTINÊNCIAS TANTO EM ARGUMENTOS DOS QUE CRITICARAM A CONCESSÃO QUANTO DAQUELES QUE VISLUMBRAM UM FUTURO PROMISSOR.

■ ARTIGO ■

## Sob o signo de Libra

RODRIGO MACHADO VILANI

Na Astrologia, Libra é representado por uma balança, sendo, portanto, considerado um símbolo de equilíbrio e de justiça.

No atual cenário energético brasileiro, Libra tem um significado estratégico. É o primeiro bloco do pré-sal licitado sob o regime de partilha da produção no Brasil, em uma “área localizada na Baía de Santos a cerca de 170 km do litoral do estado do Rio de Janeiro e tem cerca de 1.500 km<sup>2</sup>”<sup>1</sup>.

Para citar apenas três argumentos dos críticos, inicialmente pode-se ponderar que um único (consórcio) interessado está longe de significar equilíbrio (chegou-se a cogitar 40 concorrentes). Estabilização também vem sendo questionada em relação à Petrobras, pois deverá arcar com pesados investimentos. A nova estatal, conhecida como PPSA, ainda é uma incógnita, portanto, imprevisível o grau de (des)balanceamento que trará para a produção petrolífera nacional.

Ainda que um único consórcio tenha concorrido e oferecido o mínimo exigido pela ANP no edital de licitação, a diretora-geral da agência reguladora, Magda Chambriard, exaltou o resultado final do leilão como “Sucesso maior que esse era difícil de imaginar”<sup>2</sup>.

Esse otimismo, que parece estar mais concentrado no governo, pesa sobre o fato de ter se alcançado o mínimo, apenas o mínimo, estipulado para a licitação. Sob essa ótica, as regras definidas

seriam o fiel da balança, no que toca à adequação da proposta, especialmente os R\$ 15 bilhões arrecadados a título de bônus de assinatura. Positivamente também está o fato de a Petrobras (com 40% de participação) se aliar à tradição exploratória da anglo-holandesa Shell e da francesa Total (cada uma com 20%) e ao potencial de investimentos das chinesas CNOOC e CNPC (cada uma 10%).

---

EM SÍNTESE, O  
LEILÃO NÃO FOI  
UM FRACASSO,  
TAMPOUCO UM  
SUCESSO

---

Claro que uma composição multicultural tão diversa como esta que forma o consórcio vencedor encerra em si própria um desafio de articulação e gestão entre as empresas, especialmente em um ambiente marcado por burocracia excessiva sustentada por uma complexa rede de dispositivos legais (tributários, trabalhistas etc.). De outro lado, emergem benefícios inerentes a uma cooperação internacional para a Petrobras e, conseqüentemente, para o país.

Em síntese, o leilão não foi um fracasso, tampouco um sucesso.

Para tal diagnóstico, vale ressaltar a afirmação da diretora-geral da ANP quanto à excelente oportunidade obtida através de Libra para a aceleração do desenvolvi-

mento industrial e com o crescimento dos níveis de emprego e renda<sup>3</sup>.

Entretanto, trata-se de oportunidade ‘real’ ou ‘potencial’? Para esse mero exercício de futurologia, além das questões indicadas acima, importa salientar que discutir o leilão isoladamente pode levar o leitor a um posicionamento equivocado. Isso porque, exigências de conteúdo local, por exemplo, esbarram em conhecidos desafios na área de formação e capacitação de recursos humanos para atuar ao longo de toda a cadeia produtiva de petróleo e gás natural.

Outro ponto, também estrutural e persistente, refere-se aos gargalos logísticos de infraestrutura portuária e aeroportuária, bem como candentes déficits rodoviários e ferroviários.

A título ilustrativo destaca-se que têm sido exaltados valores (expectativas de arrecadação) da ordem de R\$ 300 bilhões em royalties a serem aplicados, por exemplo, em educação e saúde.

Contudo, o aumento de arrecadação no Brasil, historicamente, não se traduz nos benefícios sociais esperados.

---

HÁ PREVISÃO DE  
DESTINAÇÃO DE  
RECURSOS DA ORDEM  
DE R\$ 300 BI PARA  
EDUCAÇÃO E SAÚDE

---

Para exemplificar, sem maiores pretensões de comparação dos institutos analisados,

mas apenas de seus resultados, tome-se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) criada para gerar recursos para a área de saúde. Em pesquisa sobre a aplicação da CPMF, tomando por base os

---

DISCUTIR O LEILÃO  
ISOLADAMENTE PODE  
LEVAR O LEITOR A UM  
POSICIONAMENTO  
EQUIVOCADO

---

anos de 2001 e 2006, foram identificados desvios de destinação em todos os anos. “Em 2005, por exemplo, verificaram-se destinos estranhos ao Ministério da Saúde: foram R\$ 4,19 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia; R\$ 24,25 milhões para o Ministério da Defesa; R\$ 189,53 milhões para o Ministério da Educação e curiosos R\$1,12 milhões para o Ministério do Planejamento”.<sup>4</sup> Durante o período analisado, estima-se uma arrecadação total de aproximadamente R\$ 148 bilhões enquanto para a saúde foram diretamente destinados apenas R\$ 58 bilhões, cerca de 39% do total.

Especificamente no tocante aos royalties do petróleo, Givisiez e Oliveira (2008) alertam para o fato de que, passados dez anos do início das arrecadações substanciais em razão das rendas petrolíferas, municípios do Norte Fluminense não apresentaram aumento em seus

indicadores de educação que indicasse esforço de investimentos no setor de educação. O resultado de Campos dos Goytacazes no IDEB de 2012, quando o município com a maior arrecadação nacional de royalties ficou em último lugar entre os 92 mu-

## HÁ ALGO SEMELHANTE À “MALDIÇÃO DOS RECURSOS” EM MUNICÍPIOS RECEBEDORES

nicipios do Estado do Rio de Janeiro, corrobora a pesquisa dos autores.

Postali (2008), no mesmo sentido, afirma a “presença de um fenômeno análogo à ‘maldição dos recursos’, tendo em vista que os municípios contemplados com grandes volumes de royalties cresceram menos de 2000 a 2005, em média, do que os municípios não contemplados”<sup>5</sup>.

Por óbvio, a discussão acerca da produção petrolífera desencadeia inúmeros questionamentos relativos à aplicação das rendas auferidas, especialmente por se tratar do esgotamento de um recurso finito. Na última década, marcada por grande arrecada-

## APLICAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO É ALVO DE QUESTIONAMENTOS

ção (altamente concentrada), como exemplificado acima, não foram percebidos benefícios que possam ser equiparados ao volume de recursos provenientes dos

royalties e das participações especiais (tema amplamente tratado desde os primeiros números deste Boletim).

Diante desse cenário, brevemente exposto, a opção nesse momento de definições e reformas jurídico-institucionais na regulamentação petrolífera parece prudente não se contagiar pelo otimismo injustificado nem se desolar por um pessimismo extremado.

Mesmo que o pessimismo possa parecer inescapável diante do longo caminho e dos vários exemplos de desvios na aplicação dos royalties do petróleo. Nos aspectos que envolvem a discussão ambiental, ao menos desde

## SÃO NECESSÁRIOS CRITÉRIOS PARA QUE RECURSOS SEJAM REVERTIDOS EM BENEFÍCIOS

1972, para tomar como marco a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Nesse encontro, considerado o marco das discussões multilaterais de natureza ambiental, foram estabelecidos os seguintes princípios:

Princípio 2 - Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequada.

Princípio 5 - Os recursos não renováveis da Terra devem ser utilizados de forma a evitar o perigo do seu esgotamento futuro e a assegurar que toda a humanidade participe dos benefícios de tal uso.

Certo é que permanecem necessários esforços teórico-metodológicos, jurídicos e políticos para definir critérios específicos para que os recursos não-renováveis, como o petróleo e o gás natural, sejam revertidos em benefícios das presentes e futuras gerações, ou seja, que os royalties cumpram sua “função [de] equacionar um problema de justiça intergeracional” (LEAL; SERRA, 2003, p. 163).<sup>6</sup>

Assim, os pratos da balança ainda procuram alinhamento e podem pender para um lado ou outro, pois o futuro está pautado sobre grandes e cobiçadas reservas petrolíferas, parcerias estrangeiras, riscos de exploração, desafios tecnológicos e um horizonte de médio a longo prazo, ou seja, uma constelação de desafios que, por ora, escapa aos melhores mapas da astrologia política do petróleo.

Enfim, pode-se concluir que objetividade na definição de critérios para sua aplicação e rigidez na fiscalização são fundamentais para que as reservas petrolíferas do país não se tornem uma maldição, mas sirvam como uma dádiva para as presentes e futuras gerações. Sob esse aspecto o equilíbrio da balança deverá pender segundo regras de justiça intergeracional para que se efetivem ações e programas compatíveis com esse desafio da abundância.

RODRIGO MACHADO VILANI É  
PROFESSOR ADJUNTO DO MESTRADO  
EM PLANEJAMENTO REGIONAL E  
GESTÃO DE CIDADES DA UNIVERSIDADE  
DE CANDIDO MENDES-CAMPOS DOS  
GOYTACAZES.

### NOTAS

1 - ANP. PETROBRAS, SHELL, TOTAL, CNPC E CNOOC VENCEM A 1ª RODADA DO PRÉ-SAL. 22 OUT. 2013. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ANP.GOV.BR/?PG=68476&M=&T1=&T2=&T3=&T4=&AR=&PS=&C](http://www.anp.gov.br/?pg=68476&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&c)

ACHEBUST=1385119886140>. ACESSO EM: 22 NOV. 2013.

2 - VALOR ECONÔMICO. ANP: SUCESSO MAIOR QUE ESSE DE LIBRA É DIFÍCIL DE IMAGINAR. VALOR ECONÔMICO, 21 OUT. 2013. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.VALOR.COM.BR/BRASIL/3311416/ANP-SUCCESSO-MAIOR-QUE-ESSE-DE-LIBRA-E-DIFICIL-DE-IMAGINAR](http://www.valor.com.br/brasil/3311416/ANP-SUCCESSO-MAIOR-QUE-ESSE-DE-LIBRA-E-DIFICIL-DE-IMAGINAR)>. ACESSO EM: 22 NOV. 2013.

3 - ANP. PETROBRAS, SHELL, TOTAL, CNPC E CNOOC VENCEM A 1ª RODADA DO PRÉ-SAL. 22 OUT. 2013. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ANP.GOV.BR/?PG=68476&M=&T1=&T2=&T3=&T4=&AR=&PS=&C](http://www.anp.gov.br/?pg=68476&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&c)

ACHEBUST=1385119886140>. ACESSO EM: 22 NOV. 2013.

4 - VER: SANTI, E. M. D. (ORG.). TRIBUTAÇÃO, RESPONSABILIDADE FISCAL E DESENVOLVIMENTO: DIREITO À TRANSPARÊNCIA: ESTUDO SOBRE A DESTINAÇÃO DA CPMF E DA CIDE-COMBUSTÍVEIS. CADERNOS DIREITO GV, v. 5, n. 1, 2008.

5 - PARA ESSE E OUTROS ARTIGOS COMPLETOS SOBRE O TEMA, ACESSAR BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO: [HTTP://WWW.ROYALTIESDOPETROLEO.UCAM-CAMPOS.BR](http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br).

6 - PARA UMA VISÃO MAIS AMPLA DA DESTINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES E DA REDE DE ALTERAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS GERADAS PELA INDÚSTRIA PETROLÍFERA RECOMENDAMOS AS OBRAS COLETIVAS: PIQUET, R. (ORG.).

PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003; PIQUET, R.; SERRA, R. (ORGS.). PETRÓLEO E REGIÃO NO BRASIL: O DESAFIO DA ABUNDÂNCIA. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2007; PIQUET, R. (ORG.). MAR DE RIQUEZA, TERRA DE CONTRASTES. RIO DE JANEIRO: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. ROYALTIES DO PETRÓLEO E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA ALOCAÇÃO. BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, v. VI, n. 22, p. 4-6, dez./2008.

LEAL, J. A.; SERRA, R. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS CRITÉRIOS DE REPARTIÇÃO DOS ROYALTIES PETROLÍFEROS. IN: PIQUET, R. (ORG.). PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003. p. 163-184.

POSTALI, F. S. ROYALTIES DO PETRÓLEO E CRESCIMENTO MUNICIPAL: UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR. BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES, v. VI, n. 21, p. 8, set./2008.

**Expediente**

Equipe Editorial

**Editor-chefe**

Rodrigo Machado Vilani (Universidade Cândido Mendes – Campos dos Goytacazes)

**Conselho Editorial**

Denise Terra (Universidade Estadual do Norte-Fluminense – UENF)

Frédéric Jean Marie Monié (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Helder Queiroz Pinto Junior (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

José Gutman (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP)

José Luis Vianna (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Rodrigo Valente Serra (Instituto Federal Fluminense – IFF)

Rosélia Piquet (Universidade Cândido Mendes – UCAM-Campos dos Goytacazes)

**Coordenação técnica**

Thiago Muniz Barbosa

**Editor e Jornalista Responsável**

Vitor Menezes (MTB 21374)

**Bolsistas de Iniciação Científica**

Daniel Souza Caldas (UCAM)

**Proposta**

O Boletim *Petróleo, Royalties & Região*, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM – Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais,

teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

**Periodicidade**

O Boletim é publicado trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, em versão exclusivamente eletrônica.

**Diretrizes para os autores**

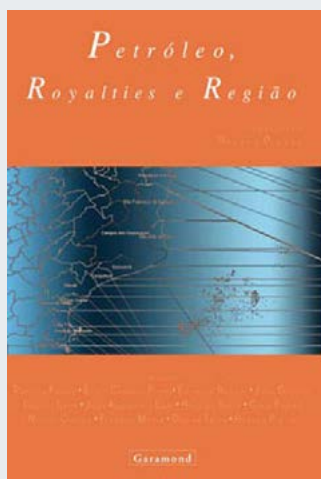
O Boletim *Petróleo, Royalties & Região* aceita colaborações em forma de artigos de pesquisadores das áreas cobertas pela publicação, com ênfase em desenvolvimento regional, petróleo e outros minerais, royalties e participações e legislação tributária.

Os artigos são avaliados pela Equipe Editorial do Boletim e, eventualmente, por pesquisadores convidados.

**Normas de apresentação do texto para o envio do artigo:**

- Os artigos devem estar completos e conter um mini-curriculo institucional do autor.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 13 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- A referência bibliográfica (ABNT) deve se limitar ao mínimo necessário e conter apenas obras citadas no artigo.
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- Tabelas podem ser enviadas em forma de imagem (JPG), em Excel ou Word.
- Os autores aceitam, tacitamente, eventuais edições necessárias para adequação ao espaço do boletim e ao seu padrão editorial.

**Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail: [boletim@ucam-campos.br](mailto:boletim@ucam-campos.br)**

**Publicações do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Ucam**

*Petróleo, Royalties & Região* (Garamond, 2003)



*Petróleo e Região no Brasil – O desafio da abundância* (Garamond, 2007)



*Mar de Riqueza, Terras de Contrastes – O Petróleo no Brasil* (Mauad, 2011)



*O Desafio da Abundância – 10 anos do Boletim *Petróleo, Royalties & Região** (Garamond, 2013)